



“MUDAR É DIFÍCIL, MAS É POSSÍVEL!”: O PAPEL DA ESCOLA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA ÀS DISCRIMINAÇÕES DE GÊNERO E DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES.

Eixo Temático 13 – Gênero e sexualidade na escola: Novas ameaças, enfrentamentos e possibilidades de resistências.

Gilvania Oliveira Ferreira¹

Renata Miranda Souza²

Geysa Amaral Sá³

Maria de Fatima Ferreira de Andrade⁴

Professor orientador: Aroldo Santos Fernandes Júnior⁵

RESUMO

Este artigo discute o papel da escola como espaço de resistência às discriminações enfrentadas pelas sexualidades dissidentes, destacando seu potencial transformador na promoção da equidade e da diversidade. Com base em revisão bibliográfica, analisa práticas pedagógicas que promovam políticas de diversidade sexual e de gênero, fundamentando-se em Foucault (1988), Butler (2015), Louro (2015), Junqueira (2009) e Freire (1996). Os resultados apontam que a escola pode subverter padrões heteronormativos e consolidar-se como agente de transformação social. Os resultados indicam que práticas pedagógicas críticas e políticas educativas quando implementadas no contexto escolar podem promover a visibilidade e o respeito às dissidências sexuais e de gênero, contribuindo para ambientes escolares.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidades dissidentes, Espaço escolar, Resistência, Discriminação.

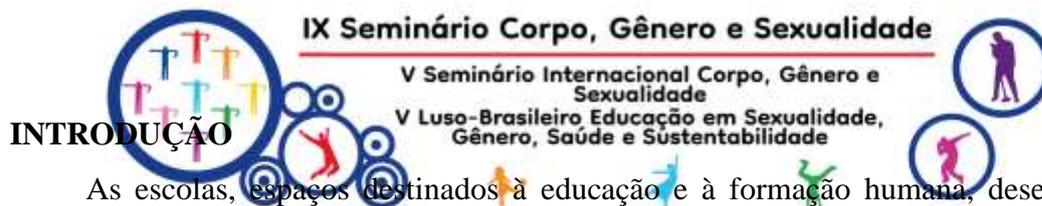
¹ Mestranda no Programa de pós-graduação em Relações Étnicas e contemporaneidade – PPGREC/UESB, gilvania.o.f@gmail.com

² Mestranda do Programa de pós-graduação em Educação Científica e Formação de professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, renata.smiranda@outlook.com

³ Mestranda no Programa de pós-graduação em Relações Étnicas e contemporaneidade – PPGREC/UESB, geysa.sa@ufms.br

⁴ Pós-doutorado em Antropologia Social. Professora pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, do curso de Pedagogia, Programa de Pós-Graduação mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC), Programa de Doutorado em Ensino (RENOEN) e de Mestrado em Ensino (PPGEN). mferreira@uesb.edu.br

⁵ Professor orientador: Doutor em Artes Cênicas pelo PPGAC/UFBA, Professor Adjunto no Departamento de Ciências Humanas e Letras-DCHL/UESB, Professor permanente no PPGREC/UESB asfjunior@uesb.edu.br



INTRODUÇÃO

As escolas, espaços destinados à educação e à formação humana, desempenham um papel fundamental na construção de valores e da cidadania, sendo espaços privilegiados para a promoção da equidade e do respeito à diversidade.

No entanto, é importante destacar que, aguçando um olhar sobre as escolas é possível perceber que essas instituições frequentemente reproduzem preconceitos, marginalizando estudantes que desafiam normas heteronormativas e binárias de gênero e sexualidade. Diante desse contexto, compreender o papel da escola como espaço de resistência às discriminações das sexualidades dissidentes se torna essencial para o avanço de uma educação transformadora. Desse modo, este estudo é particularmente relevante a partir da observação de um cenário em que crescem os discursos conservadores e as ameaças às conquistas históricas dos movimentos LGBTTQIAPN+.

O que se sabe, a partir da literatura existente, é que as práticas pedagógicas frequentemente reforçam estruturas normativas e invisibilizam identidades dissidentes. Autores como Foucault (1988) e Butler (2015) destacam a relevância de desconstruir essas normatividades, enquanto Paulo Freire (1996) aponta a necessidade de uma pedagogia crítica que emancipe sujeitos historicamente marginalizados. Apesar disso, muitas escolas ainda carecem de políticas e práticas que abordem efetivamente questões de gênero e sexualidade, limitando seu papel como agentes de transformação social.

Partindo da hipótese de que as escolas podem se consolidar como espaços de resistência, desde que pautadas por práticas pedagógicas críticas e políticas de diversidade sexual e de gênero, o artigo busca explorar as estratégias necessárias para enfrentar discriminações e promover ambientes educativos mais acolhedores.

A partir dessa perspectiva, o objetivo deste estudo está fundamentado em uma revisão bibliográfica, investigando como as escolas podem atuar para subverter padrões discriminatórios, adotando políticas e práticas que promovam a valorização e o respeito às sexualidades dissidentes. Espera-se contribuir para o debate acadêmico e educacional, oferecendo subsídios teóricos e práticos para fortalecer o papel das escolas na promoção de justiça social e diversidade.

METODOLOGIA

Este estudo, de natureza qualitativa, baseia-se em uma revisão bibliográfica com o objetivo de compreender o papel da escola como espaço de resistência às discriminações das



sexualidades dissidentes. A revisão de literatura será usada como metodologia principal, visto que o estudo não envolverá a coleta de dados empíricos com participantes devido à ausência de autorização de um comitê de ética. A pesquisa se concentra na análise de obras acadêmicas, artigos científicos e documentos que abordam questões de gênero, sexualidade e educação.

Os bancos de dados utilizados para a coleta das referências foram a *SciELO* (Scientific Electronic Library Online), *Google Scholar* e a *ERIC* (Education Resources Information Center). A escolha desses bancos se deve à sua abrangência e relevância na área de ciências humanas e sociais. Para a seleção dos materiais, foram utilizados os seguintes descritores em português e inglês: “sexualidade dissidente”, “discriminação escolar”, “gênero na escola”, “LGBTQIAPN+ e educação” e “práticas pedagógicas inclusivas”. A busca se deu com preferência por artigos revisados por pares e livros de autores consagrados na área.

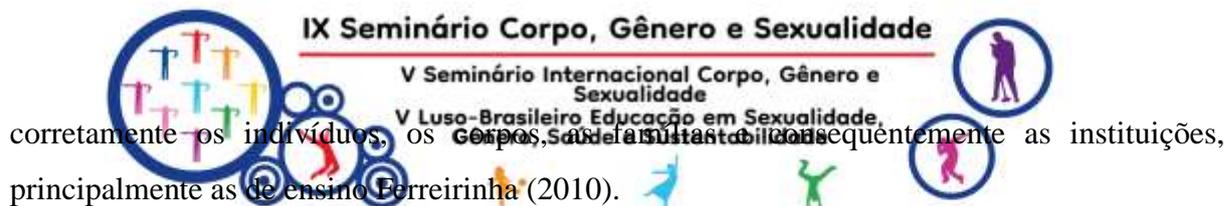
O desenho do estudo seguiu os princípios da análise temática. Inicialmente, os textos selecionados foram lidos na íntegra e organizados em categorias analíticas que contemplam: (1) práticas pedagógicas e sexualidades dissidentes; (2) resistências e enfrentamentos no ambiente escolar; e (3) a escola como agente transformador de normatividades. A análise foi guiada pelos referenciais teóricos de Foucault (1988), Butler (2015) e Freire (1996), entre outros, que abordam questões de poder, identidade e emancipação na educação.

Com essa abordagem, buscou-se construir um panorama abrangente e crítico sobre o tema, sintetizando contribuições relevantes e identificando lacunas na literatura que poderão subsidiar discussões futuras.

REFERENCIAL TEÓRICO

A escola, como espaço social, não apenas reflete as desigualdades presentes na sociedade, mas também pode atuar como um agente transformador na construção de novas relações sociais. Freire (1996) destaca que a educação tem o potencial de promover a emancipação dos sujeitos, desde que se baseie em práticas dialógicas e libertadoras. Nesse sentido, a escola pode se configurar como um local de resistência às normatividades impostas, incluindo aquelas que discriminam as sexualidades dissidentes. Miskolci (2016)

Por outro lado, sabemos das inúmeras dificuldades que a escola enfrentará se a mesma resistir a todas essas normas que fizeram e fazem parte de toda a sua construção, tendo como padrão disciplinar as relações de poder formando um triângulo, poder – direito – verdade que são atravessados pelo tripé, estado – mercado – sociedade civil buscando regular, gerir



Ao abordarmos este assunto a perspectiva foucaultiana oferece um arcabouço teórico fundamental para compreender as relações de poder que atravessam as práticas educativas. Foucault (1988) argumenta que o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, moldando comportamentos, discursos e identidades. No contexto escolar, isso se manifesta nas normas que regulam a expressão das identidades de gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que abrem brechas para resistências e subversões.

Judith Butler (2015) amplia essa discussão ao abordar a performatividade de gênero, indicando que as identidades não são estáticas, mas construídas por meio de repetições de atos dentro de contextos normativos. Para Butler, a resistência ocorre quando essas normas são desafiadas, especialmente em espaços como a escola, onde se esperam conformidades. Assim, práticas pedagógicas que promovam o pensamento crítico sobre as normas dadas e estabelecidas podem abrir caminhos para que as sexualidades dissidentes encontrem acolhimento e respeito.

Ainda sobre o papel da escola, Gomes e Silva (2015) apontam que o ambiente educacional precisa incorporar a diversidade cultural e sexual de forma crítica, rompendo com as práticas homogeneizadoras que reforçam exclusões. A ausência de debates sobre diversidade no currículo escolar é um dos fatores que perpetuam a discriminação.

Por fim, Junqueira (2009) enfatiza que a formação de educadores deve incluir discussões sobre direitos humanos e diversidade sexual, reconhecendo que a homofobia, o sexismo e o racismo não são desvios individuais, mas práticas estruturais que precisam ser combatidas de maneira sistemática. A escola, nesse cenário disciplinador, normatizador e reproduzidor de desigualdades, deve atuar como espaço de resistência, onde as desigualdades são enfrentadas e novas possibilidades de convivência são construídas, Junqueira (2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos com a revisão bibliográfica sobre “o papel da escola como espaço de resistência às discriminações de gênero e das sexualidades dissidentes” evidencia que a escola ocupa um papel ambíguo, tanto como perpetuadora de normas e discursos que reforçam a exclusão de sexualidades dissidentes quanto como um espaço potencial de resistência a essas discriminações.



Segundo Foucault (1988), a escola é atravessada por relações de poder que produzem e normalizam subjetividades, mas também permite o questionamento dessas estruturas, indicando que a implementação de políticas educacionais que promovam a equidade e a formação docente com foco em gênero e sexualidade são fundamentais para transformar o ambiente escolar em um espaço mais inclusivo. No entanto, Gomes e Silva (2015) destacam que a ausência de abordagens sobre diversidade sexual no currículo perpetua desigualdades e silencia narrativas dissidentes.

Além disso, é importante ressaltar aqui que a inclusão de discussões sobre sexualidade dissidente e interseccionalidade nos currículos escolares é essencial para enfrentar a exclusão e o preconceito. Para isso, a escola precisa se posicionar como uma instituição que não apenas transmite conhecimento, mas também educa para a cidadania e os direitos humanos, promovendo uma cultura de respeito e equidade.

Nesse sentido, pensar a formação do professor se torna fecundo, pois, o compromisso com os saberes e as práticas docentes aludem, especialmente, a contextos sociais, culturais, de construção da cidadania e se imbricam, estabelecendo relações no processo de aprendizagem na sala de aula e noutros contextos escolares. Assim, a formação inicial e continuada de professores deve incluir conteúdos sobre gênero e sexualidade, capacitando os educadores a lidar com situações de discriminação e a construir estratégias pedagógicas que acolham a diversidade. Isso responde à necessidade, identificada em Gomes e Silva (2015), de integrar perspectivas inclusivas nas práticas educativas.

A partir desse entendimento, este estudo busca reforçar a urgência de políticas educacionais que considerem a interseccionalidade como base para o desenvolvimento de iniciativas que enfrentem a LBTTQIAPN+fobia. As políticas devem ir além do combate à discriminação e incluir ações que promovam ativamente o acolhimento, o respeito e o pertencimento de alunos dissidentes no ambiente escolar, na qual todos os sujeitos possam se reconhecer e pertencer.

Portanto, este artigo reafirma a relevância da escola como um espaço estratégico de resistência às discriminações enfrentadas por sexualidades dissidentes. Embora desafios significativos ainda persistam, o potencial transformador da educação inclusiva se manifesta nas ações de professores, estudantes e políticas institucionais comprometidas com a diversidade. Ao olhar para o futuro, é imprescindível fortalecer iniciativas que promovam uma cultura escolar plural, na qual todos os sujeitos possam se reconhecer e pertencer. O mesmo revela ainda que a escola, embora seja um espaço historicamente marcado pela reprodução de normas hegemônicas de gênero e sexualidade, também possui o potencial de



resistir e desconstruir essas mesmas normas de gênero, tendo constatado que o protagonismo de estudantes e educadores é uma força motriz significativa para o enfrentamento de discriminações, desafiando estruturas heteronormativas e promovendo o reconhecimento da diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diálogos e a compreensão sobre o tema em questão, construídos neste artigo reforçam a centralidade da escola como um espaço de transformação social, capaz de resistir às discriminações dirigidas às sexualidades dissidentes. A análise realizada evidencia que, embora a instituição escolar frequentemente reproduza normas heteronormativas e estruturas excludentes, ela também oferece oportunidades para práticas pedagógicas que desafiem essas dinâmicas e promovam a inclusão.

Ao longo da análise bibliográfica, tornou-se evidente que o conceito de interseccionalidade também é uma ferramenta essencial para compreender como diferentes formas de opressão atuam nos marcadores — gênero, sexualidade, raça e classe — e se cruzam e moldam as experiências vividas no ambiente escolar. Essa abordagem contribui para uma análise mais profunda e crítica das desigualdades e destaca a necessidade de práticas educativas que valorizem a diversidade e garantam o direito à educação para todos, entretanto, esse é um desdobramento que necessita de uma investigação mais aprofundada e que nesse artigo não daríamos conta de desenvolver.

Contudo, apesar dos avanços em debates e políticas educacionais, desafios significativos ainda precisam ser superados. Entre eles, destaca-se a urgência de capacitar educadores para lidar com a pluralidade de identidades de gênero e sexualidade e a necessidade de implementar políticas públicas que contemplem de forma efetiva as demandas de estudantes LGBTTQIAPN+.

Assim, conclui-se que o enfrentamento das discriminações exige um esforço coletivo que envolva a formação docente, a criação de políticas inclusivas e a sensibilização de toda a comunidade escolar. Somente assim será possível consolidar a escola como um espaço de acolhimento, respeito e promoção da cidadania.

Por fim, este estudo também aponta a importância de novas pesquisas que aprofundem o tema, considerando perspectivas empíricas e outros contextos sociais e educacionais. A construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo é um desafio constante, mas também uma oportunidade de transformação para uma sociedade mais justa e equitativa.



BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FERREIRINHA, I. M. N.; T.R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública**, v, 44, n. 2, p.367-383, mar.2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Diversidade cultural e educação: desafios para a política pública e a escola pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

JUNQUEIRA, R. D. A educação frente à diferença/diversidade sexual. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 23, n. 44, p. 162–181, 2013. DOI: 10.18675/1981-8106.vol23.n44.p162-181. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/7966>. Acesso em: 3 mar. 2025.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

MISKOLCI, R. (2012). **Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica.